

Antiapriorismo e Crença nas Questões de Fato sobre o Futuro em David Hume

Lucas Jairo Cervantes Bispo¹

Resumo: O presente texto tem por objetivo expor considerações gerais e introdutórias a respeito do antiapriorismo, do que é a crença, como se forma e qual o seu papel nos raciocínios de causa e efeito acerca das questões de fato sobre o futuro na obra *Investigações Acerca do Entendimento Humano* (1748), do filósofo moderno David Hume (1711-1776). Na referida obra há uma distinção entre relações de ideias e questões de fato para categorizar os objetos da razão ou investigação humana. À primeira categoria Hume reserva a independência da experiência e aquilo que nosso juízo pode demonstrar; e à segunda a dependência da experiência cujo contrário pode ser concebido sem que implique numa contradição e, portanto, seja incapaz de ser demonstrado. Dessa distinção decorre uma conseqüente obscuridade quanto ao que nos dá garantias nas questões de fato acerca do futuro. A partir disso apresentar-se-á em linhas gerais primeiramente a negação humeana de que é a razão *a priori* o que nos dá garantias quanto ao que no campo da contingência ocorrerá ou não no que se refere às relações de causa e efeito. Em segundo lugar, será apresentado também a resposta positiva desse autor, ou seja, acerca do que nos daria - se não é a razão *a priori* - garantias, para além do testemunho presente de nossos sentidos ou dos registros de nossa memória, quanto a qualquer existência real de coisas e qualquer questão de fato, que, como será argumentado, trata-se de um processo que resulta na crença. Com isso também será destacado como o que nos parece óbvio e racional pode ser inevidente e objeto de crença e, portanto, podemos estar, em nossos julgamentos, práticas e certezas, pensando saber o que não sabemos.

Palavras-chave: Questões de fato. Antiapriorismo. Crença.

O resultado de toda filosofia, dirá David Hume (2003, p. 60), “é a constatação da cegueira e debilidades humanas, com a qual deparamos por toda parte apesar de nossos esforços para evitá-la ou dela nos esquivarmos”. Isto porque a mais perfeita filosofia natural apenas deteria temporariamente nossa ignorância e a filosofia moral ou metafísica encontraria sua serventia talvez apenas na revelação de porções mais vastas dessa mesma ignorância.

O presente texto, se bem-sucedido, terá em seu resultado esse caráter na medida em que puder mostrar como, nos limites da perspectiva que será apresentada, o que nos parece óbvio e racional pode ser inevidente e objeto de crença, que podemos estar, em nossos

1. Graduando em filosofia pela UEFS.

juízos, práticas e certezas, pensando saber o que não sabemos, também como que os limites do nosso conhecimento e razão podem ser mais estreitos do que imaginávamos.

Para isso, com base na obra *Investigações Acerca do Entendimento Humano*, primeiramente distinguirei o conceito de *relações de ideias* e *questões de fato*, esclarecendo e justificando o sentido da pergunta pelo que nos daria garantias nas questões de fato sobre o futuro. Em segundo lugar, vou expor de modo geral e introdutório a resposta negativa de Hume, isto é, a negação humana da razão enquanto fonte dessa garantia, e posteriormente a resposta positiva, ou seja, o processo que resultaria numa crença e que seria a fonte dessa garantia.

Ao questionar-se sobre quais os objetos passíveis de investigação humana, David Hume conclui em suas *Investigações* que todos podem ser divididos segundo duas categorias: as relações de ideias e as questões de fato.

Nas relações de ideias, as questões não tratam do mundo, mas sim da relação entre ideias, grandezas e/ou números. Relações estas que aquilo que enunciam é intuitiva ou demonstrativamente certo e necessário, isto é, que é indubitável e não poderia ser diferente. Esse caráter faz com que, segundo Hume, suas afirmações e verdade não dependam da experiência, e o contrário de toda afirmação nesta categoria implique em contradição a priori.

Proposições desse tipo, como, por exemplo, que o quadrado da hipotenusa é igual ao quadrado dos dois lados num triângulo retângulo ou que três vezes cinco é a metade de trinta, são relações de grandezas e números que, na perspectiva humeana, enunciam resultados necessários, que podem ser descobertas pela simples operação da mente e suas verdades demonstradas se mantêm independente do que possa existir em qualquer parte do universo.

Nas questões de fato é o oposto. Nestas trata-se do mundo e a verdade depende do confronto com a experiência. Por tratarem do mundo e dependerem da experiência, inserem-se no campo da contingência, isto é, no campo no qual tudo tem a possibilidade lógica de ser diferente. Por isso, se caracterizam especialmente por o contrário das afirmações poder ser concebido sem gerar contradição a priori. Hume exemplifica que a afirmação que o sol não nascerá amanhã não é menos inteligível nem implica mais contradição que a afirmação de que ele nascerá, visto que a mente concebe ambas, de um ponto de vista lógico, como possibilidades ajustáveis à realidade, de modo que seria vão tentar demonstrar sua falsidade, pois se fosse demonstrativamente falsa sequer a mente poderia concebê-la distintamente na medida em que implicaria uma contradição.

Feita essa distinção, se por um lado, para Hume, não existe obscuridade no que nos dá garantias nas relações de ideias, há nas questões de fato acerca do futuro. Afinal, quando é o caso, trata-se de uma certeza acerca de uma experiência que ainda não se concretizou e toda experiência que temos até então se refere ao passado e ao presente, e de acordo com Hume, o passado e o presente só dão garantias sobre eles próprios.

Questionar-se a respeito de uma questão de fato sobre o futuro é, então, questionar-se a priori, já que independente das experiências. Mas seria possível saber a priori o que ocorrerá ou não no futuro no que tange a essa categoria da investigação humana?²

Independente da resposta, Hume nos diz que já nos comportamos como se soubéssemos. Conforme este autor, a vida de cada um de nós está recheada de certezas que ultrapassam os registros de nossa

2. Poderíamos também nos questionar, como faremos mais adiante, o que Karl Popper questionou a partir do que interpretou como o problema lógico de Hume:: “Somos justificados em raciocinar partindo de exemplos (repetidos), dos quais temos experiência, para outros exemplos (conclusões), dos quais não temos experiência?” (POPPER, 1975, p. 15)

memória e o testemunho presente dos nossos sentidos, porque não tratam do passado nem do presente. São certezas acerca do futuro.

Estas certezas existiriam em nós com tamanha força que normalmente nem sequer as notamos em nossas mentes como alternativas, entre outras, nas quais sabemos que cremos. Estariam dadas naturalmente tão quanto ocorre de estarmos respirando sem consciência disto.

Ao caminharmos, por exemplo, não haveria dúvida em nossas mentes antes de cada passo que damos de que o que chamamos de lei da gravidade continuará funcionando como tem funcionado, ainda que possamos conceber na esfera lógica que pudesse vir a mudar. A certeza já estaria incutida no próprio ato de caminhar sem que pensemos nesta questão.

Mas ainda que reflitamos acerca de uma questão dessas, esta certeza pode aparecer. Por exemplo: o que ocorrerá se um indivíduo soltar uma caneta no ar? Ainda que possamos conceber que ela subirá ou parará no ar, cremos, afirmaria Hume, na alternativa de que cairá.

Aqui poderíamos pensar que com a ciência conhecemos relações de causa e efeito³ que constituem a realidade e tornam a gravidade inevitável, e que ainda que as circunstâncias terrestres viessem a mudar, por exemplo, a partir de uma colisão com um asteroide, e os efeitos gravitacionais viessem a ser outros, como já são outros na lua, isto não teria mudado a lei da gravidade dado que os efeitos decorreriam dela e já estariam previstos por ela. Ocorre que neste entendimento já

3. Segundo João Paulo Monteiro (2009, p. 29-30), Hume oferece duas definições de causa que teriam em comum a seguinte ideia: a concepção de uma causa como um objeto repetidamente anterior e contíguo a outro, o seu efeito. Uma causa seria sempre um objeto ou um evento. A.J. Ayer (2003, p. 77-78), por sua vez, alega que quando Hume se refere a relações de causa e efeito ele utiliza estes termos num sentido mais lato e amplo do que o atual. Para Ayer, estamos acostumados a distinguir entre leis causais e funcionais, ou entre leis causais e estatísticas, ou ainda entre acontecimentos que se relacionam diretamente a causas e efeitos e os que são referidos como efeitos de uma causa comum, ou ainda por meio de sua derivação conjunta de alguma teoria dominante. Todavia, o sentido de Hume seria o de pensar como causal qualquer conexão com aparência de lei entre questões de fato.

está pressuposta a certeza de que essas relações são de causa e efeito e continuarão se comportando no futuro como tem se comportado até então, mas como nos alertará Hume, há muita diferença entre afirmarmos que “até então a realidade tem se comportado de um tal modo” e “porque a realidade tem se comportado de tal modo então continuará a se comportar”. O passado e o presente, como já citado e de acordo com este autor, só dão garantias acerca do próprio passado e presente.

Nesse mesmo sentido, lembremos das palavras de Bertrand Russell quanto a crença de que o sol nascerá amanhã:

É obvio que se nos perguntarem porque acreditamos que o Sol irá nascer amanhã, responderemos, naturalmente: <<Porque sempre nasceu todos os dias>>. Temos uma crença firme de que irá nascer no futuro porque nasceu no passado. Se nos desafiarem a dizer por que acreditamos que continuará a nascer como até agora, podemos apelar às leis do movimento: a Terra, diremos, é um corpo em rotação livre, e a rotação de tais corpos não pára a não ser que algo interfira a partir do exterior, e nada há para interferir com a Terra a partir do exterior entre agora e amanhã. Claro que se pode duvidar se há realmente a certeza de que nada há que possa interferir a partir do exterior, mas esta não é a dúvida interessante. A dúvida interessante é se as leis do movimento continuarão a operar até amanhã. Se se levantar esta dúvida, ficamos na mesma posição em que estávamos quando a dúvida sobre o nascimento do sol foi levantada. (RUSSELL, 2008, p. 120-121)

Estes exemplos nos permitem inferir outros e perceber que se encontram não só no cotidiano humano como também na ciência. Se o que nos dá garantias é um conhecimento a priori, podemos dizer que provém da razão. Caso contrário, teremos que admitir que o que explica esta certeza é outra coisa e no máximo a razão tem um papel secundário.

Uma primeira possível objeção humeana ao apriorismo pode ser a seguinte. Ao considerarmos uma questão de fato futura a priori, dispostos a descobrirmos o que ocorrerá, como poderíamos proceder? Segundo Hume, a priori podemos conceber diferentes efeitos sem que impliquem contradição e que algum se apresente como demonstrativamente certo, de modo que tanto os efeitos imaginados como o apego a um ou a outro, seria arbitrário. Este autor diz também que os objetos não revelam pelas qualidades que aparecem aos sentidos nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão. Sendo assim, ao observarmos uma bolha de bilhar se movimentar em direção a outra, o que aparece aos nossos sentidos não garantirá, a priori, o que virá a ocorrer, e ainda que possamos imaginar que uma irá comunicar movimento a outra através do impulso, também podemos imaginar outros efeitos sem que impliquem contradição, e nenhum dos efeitos imaginados se apresentará como demonstrativamente certo. Em uma condição de análise a priori, Hume diz que se apresentássemos um objeto inteiramente novo a um homem, ainda que ele fosse dotado das mais poderosas capacidades naturais de raciocínio e percepção, não conseguiria apenas a partir das qualidades sensíveis do objeto, inferir quais foram suas causas e quais podem ser seus efeitos. Adão – argumenta Hume – ainda que suas faculdades racionais fossem perfeitas desde o início, não poderia a priori inferir da fluidez e transparência da água que ela poderia o sufocar, nem da luminosidade e calor do fogo que este poderia consumi-lo.

Esta ideia de que causas e efeitos são descobertos não pela razão e a priori, pode ser facilmente aceita, dirá Hume, com relação a exemplos de objetos que antes nos eram desconhecidos, no caso de fenômenos que possuem pouca analogia com o curso ordinário da natureza, ou quando se supõe que um efeito depende de um mecanismo complicado ou estrutura secreta de partes. Respectivamente, exemplifica, um

indivíduo não versado em filosofia natural não teria como inferir que duas peças de mármore aderem uma a outra ao longo de uma linha perpendicular as superfícies em contato e que há menos resistência lateralmente; não poderia imaginar que a pólvora explode ou o magneto atrai, nem apresentar a razão última pela qual pão e leite são alimentos apropriados para seres humanos e não para um leão ou tigre.

Aceitando a argumentação anterior, poderia ser dito que apesar dessa garantia nas questões de fato não ser proveniente da razão a priori, após termos experiências consecutivas e regulares de acontecimentos, poderíamos inferir a partir da razão relações de causa e efeito. Assim, ainda que se trate de uma questão de fato sobre o futuro, como haveria conexão necessária entre causas e efeitos, poderíamos esperar com segurança que dada a causa haverá o efeito que lhe é próprio.

Para Hume (2003, p. 66), a súpula das conclusões experimentais é: “De causas que aparecem como *semelhantes*, esperamos efeitos semelhantes”. Assim, dirá Hume, se nos fosse apresentado um corpo de cor e consistência semelhantes às dos pães que já comemos, tomaríamos como certo o mesmo efeito de nutrição e sustento. Quando um homem diz, argumenta Hume (2003, p. 68), “Constatai, em todos os casos passados, tais e tais qualidades sensíveis associadas a tais e tais poderes secretos” e quando diz “Qualidades sensíveis semelhantes estarão sempre associadas a poderes secretos semelhantes”, ele não incorre em tautologia e esta inferência não é intuitiva ou demonstrativa. Entre os possíveis contra-argumentos desse autor, podemos citar, como já foi dito, que admite não haver conexão necessária conhecida entre qualidades sensíveis e poderes secretos, e que a partir das características captadas pelos sentidos não é possível inferirmos a priori os efeitos que surgirão do objeto analisado e quais foram as suas causas. Admite também que não é contraditório que o curso da natureza possa mudar e que dessa maneira objetos semelhantes aos que já tivemos

experiência venham acompanhados de efeitos diferentes. Além disso, questiona: como inferir uma conexão necessária de causa e efeito de um conjunto de experiências que nada diferem de somente uma e da qual não se faz essa inferência? Nas palavras do autor:

Se houver qualquer suspeita de que o curso da natureza possa vir a modificar-se, e que o passado possa não ser uma regra para o futuro, toda a experiência se tornará inútil e incapaz de dar origem a qualquer inferência ou conclusão. É, portanto, impossível que algum argumento a partir da experiência possa provar essa semelhança do passado com o futuro, dado que todos esses argumentos estão fundados na pressuposição dessa mesma semelhança. Por mais regular que se admita ter sido até agora o curso das coisas, isso, isoladamente, sem algum novo argumento ou inferência, não prova que, no futuro, ele continuará a sê-lo. É fútil alegar que conhecemos a natureza dos corpos com base na experiência passada; sua natureza secreta e, conseqüentemente, todos seus efeitos e influências podem modificar-se sem que suas qualidades sensíveis alterem-se minimamente. (HUME, 2003, p. 68)

Essa sùmula das conclusões experimentais “De causas que aparecem como *semelhantes*, esperamos efeitos semelhantes” se daria também com as crianças. Na medida em que experimentam a si, aos outros e ao mundo, passam a estender o passado e o presente ao futuro. Considerando isto, diz Hume:

[...] se alguém asseverar que o entendimento da criança é levado a tal conclusão por um processo qualquer de argumento ou raciocínio, é justo que eu lhe peça que exponha esse argumento, e não haverá nenhum pretexto para se recusar um pedido tão razoável. Não se poderá alegar que o argumento é muito complexo e poderá escapar a nossa investigação, pois admitiu-se que ele é tão obvio que uma simples criança é capaz de compreendê-lo. Portanto, se houver um momento de hesitação, ou se, após uma reflexão, for apresentado um argumento intrincado e profundo, isso significa de certo modo desistir da questão e confessar que não é o raciocínio que nos leva a supor o passado semelhante ao

futuro e a esperar efeitos semelhantes de causas que são em aparência semelhantes. [...] Se eu estiver correto, não pretendo ter feito qualquer grande descoberta. E se estiver errado, é-me forçoso reconhecer que, como estudioso, devo ter regredido em meus conhecimentos, visto que não sou hoje capaz de perceber um argumento com o qual, ao que parece, eu já estava perfeitamente familiarizado muito antes de deixar o berço. (HUME, 2003, p. 70)

Quanto a este antiapriorismo e essa crítica ao papel da razão, por fim, pode-se abrir um parênteses para pensarmos: se há questões de fato sobre o futuro que nos parecem extremamente óbvias e racionais, mas que, na verdade, são inevidentes e não provenientes da razão, o que mais pode estar em nós como se fosse demonstrativamente certo sem que seja?

Até então foi apresentada considerações sobre a resposta negativa de Hume, isto é, a negação do apriorismo nas questões de fato sobre o futuro. No entanto, se, ao seu ver, ocorre de nos comportarmos quanto a estas como se tivéssemos garantias do que ocorrerá, o que nos da essa garantia se não é a razão?⁴

Hume argumentará nas *Investigações*, que se ultrapassamos o testemunho presente dos nossos sentidos ou dos registros de nossa memória é por entendermos haver relações de causa e efeito. Assim, se encontrarmos um relógio numa ilha deserta, concluiremos que seres humanos já estiveram em tal lugar, ou se observamos uma bola de bilhar em movimento em direção a outra ao chocar-se com ela que irá lhe comunicar movimento através do impulso. Em ambos os casos se supõe uma conexão entre o fato presente e o fato que dele se infere, tal como é em toda questão de fato nas quais todo raciocínio, para Hume, parece fundar-se nas relações de causalidade.

4. O que está em jogo agora, penso, é o que Karl Popper chamou de o problema psicológico de Hume, isto é: "Por que, não obstante, todas as pessoas sensatas esperam e *crêem* que exemplos de que não têm experiências conformar-se-ão com aqueles de que têm experiência? Isto é: Por que temos expectativas em que depositamos grande confiança?" (POPPER, 1975, p. 15)

O conhecimento destas relações de causalidade, na filosofia humeana, se constitui em nós através da experiência, de termos impressões de que determinados objetos particulares estão constantemente conjugados uns aos outros, como também é através da experiência que conhecemos todas as leis da natureza e operações dos corpos.

Por sua vez, o fundamento das conclusões a partir da experiência, conforme Hume, seria um princípio que denomina hábito ou costume. Sustenta que:

[...] sempre que a repetição de algum ato ou operação particulares produz uma propensão a realizar novamente esse mesmo ato ou operação, sem que se esteja sendo impelido por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos invariavelmente que essa propensão é o efeito do hábito”. (HUME, 2003, p. 74)

Tal é a influência desse hábito, comenta Hume, que quando mais forte não só encobre nossa ignorância, como oculta a si mesmo, parecendo não estar presente porque existe no mais alto grau.

Assim, na medida em que temos a impressão da “conjunção constante de dois objetos – calor e chama, por exemplo, ou peso e solidez – é exclusivamente o hábito que nos faz esperar um deles a partir do aparecimento do outro” (HUME, 2003, p. 75). É este princípio que explica, conforme Hume, como retiramos inferências de mil casos que não poderíamos retirar de um que nada difere dos outros, e se esperamos um determinado efeito de certa causa e não outros que a imaginação pode conceber, é porque compreendemos esse efeito com um sentimento que não há nas outras possibilidades, de modo que este entendimento nos será, para Hume, uma crença fundada no hábito e as outras possibilidades apenas ficções da imaginação. Para Sara Albieri:

Quando Hume apresenta o que depois ficou famoso como o problema lógico da indução, seus argumentos são voltados sobretudo contra a origem racional de nossas certezas causais. A famosa passagem entre as

duas proposições: *Tenho verificado que tal objeto é sempre acompanhado de tal efeito e Prevejo que outros objetos, que em aparência são semelhantes, serão acompanhados de efeitos semelhantes* é atribuída, como sabemos, não a uma operação do raciocínio capaz de fundá-la de modo necessário logicamente, mas a um passo da imaginação determinado por um princípio de nossa natureza – o hábito. (EU, V, I, §36) Por isso formamos crenças causais: porque tal tipo de convicção não tem origem na razão, mas, antes, se instala como uma certeza psicológica, portanto diversa daquela que acompanharia a conclusão de um silogismo demonstrativo, por exemplo. (ALBIERI, 2005, p. 82-83)

Mas que é e qual a natureza dessa crença fundada no hábito? Hume se faz e nos faz esta pergunta e argumenta que quando um objeto nos é apresentado à memória ou aos sentidos, o hábito nos leva, pela imaginação, a conceber o objeto que lhe está usualmente associado, e esta concepção é acrescentada de um sentimento, tornando tal ideia uma crença e diferindo-a das ficções. Dessa forma, mesmo sendo a mente humana livre para associar e transformar as ideias fornecidas pelos sentidos internos e externos, não pode acrescentar a estas ideias o que lhes falta para que a mente possa acreditar com certeza no concebido. Nas palavras de Hume (2003, p. 82), “a crença nada mais é que uma concepção de um objeto mais vívida, vigorosa, enérgica, firme e constante do que jamais seria possível obter apenas pela imaginação”. Ou ainda: “[...] ato mental que torna as realidades – ou o que se considera como tais – mais presentes para nós do que as ficções, que lhes dão um peso maior junto ao pensamento e uma influência superior sobre as paixões e a imaginação”.

Dado as explicações anteriores, para Hume, ainda que possamos imaginar que o sol não nascerá amanhã, que a bola de bilhar em movimento ao chocar-se com a outra não irá lhe comunicar movimento através do impulso e que um corpo de qualidades sensíveis semelhantes as do pão que comemos anteriormente não irá nos alimentar,

acreditamos nos efeitos contrários e tratamos os anteriormente citados como ficções da imaginação.

Esta crença será menos ou mais forte em termos de certeza a depender de se a experiência para nós se constitui como uma prova ou somente nos dá níveis de probabilidade. Uma prova se forma quando na experiência uma causa gera um certo efeito de modo uniforme e constante, como o fogo que sempre queimou e a água que sempre afogou. A probabilidade quando efeitos diferentes se seguem de causas aparentemente em tudo semelhantes, como o ruibarbo que nem sempre funcionou como um purgante ou o ópio como um soporífero.

Isto posto, como o hábito nos leva em nossas inferências a transferir o passado para o futuro, quando a experiência se constitui como prova nós esperamos o efeito com máxima segurança, já quando como probabilidade, os diferentes efeitos devem se apresentar a mente que dará maior preferência ao que se mostrou mais usual. Acerca da natureza dessa crença gerada sem prova diz Hume:

[...] quando transferimos o passado para o futuro a fim de determinar o efeito que resultará de alguma causa, transferimos todos os diferentes acontecimentos na mesma proporção em que apareceram no passado, e concebemos um deles, por exemplo, como tendo ocorrido uma centena de vezes; outro, dez vezes; outro, uma só. Como há aqui um grande número de considerações confluindo para um determinado acontecimento, elas o fortalecem e o confirmam perante a imaginação, elas engendram o sentimento que denominamos *crença* e dão ao objeto dessa crença a preferência sobre o acontecimento contrário, que não se encontra respaldado por um igual número de experiências e não retorna tão frequentemente ao pensamento quando se transfere o passado para o futuro. (HUME, 2003, p. 94)

No entanto, apesar de virmos a crer mais no efeito usual do que nos menos usuais, Hume nos diz que não podemos negligenciar os demais e a cada um deles cedermos peso e autoridade na medida em que

ocorreram com maior ou menor frequência. Um homem sábio, afirma Hume, dosa sua crença em proporção à evidência. Em seus termos:

No caso das conclusões que se apoiam em uma experiência infalível, ele espera o acontecimento com o mais alto grau de confiança e considera sua experiência passada como uma *prova* cabal da ocorrência futura desse acontecimento. Em outros casos, ele procede com maior cautela, sopesando os experimentos opostos, considerando qual lado se apóia no maior número de experimentos, inclinando-se para esse lado com dúvida e hesitação, e, ao formar finalmente um juízo, a evidência não excede o que propriamente se denomina *probabilidade*. (HUME, 2003, p. 155)

Convém notar que em Hume é possível dizermos que o processo anterior e brevemente descrito não ocorreria, no mínimo, sem os princípios de associação de ideias, da memória e da imaginação. Nos diz Hume (2003, p. 42) que nossos pensamentos ou ideias não existem e se relacionam entre si de forma caótica e desorganizada, que há, na verdade, um princípio de conexão entre tais, e que seu surgimento, tal como as introduções que fazem uns aos outros, ocorrem com certo grau de método e regularidade. Este princípio é efetivamente um conjunto de três: 1) Semelhança; 2) Contiguidade no tempo e no espaço; 3) Causa ou efeito. Hume traz exemplos para cada um respectivo: 1) “Um retrato conduz naturalmente nossos pensamentos para o original”; 2) “a menção de um cômodo numa habitação leva naturalmente a uma indagação ou observação relativa aos demais”; 3) e, “se pensarmos em um ferimento, dificilmente conseguiremos evitar uma reflexão sobre a dor que o acompanha”. Sendo assim, por exemplo, não poderíamos pensar haver relações de causa e efeito, já que tal relação depende de associações, sem o princípio de associação de causa e efeito, o que comprometeria todo este processo anterior, já que apresentado um objeto a memória ou aos sentidos a imaginação não poderia conceber objetos e efeitos associados sem princípios

de associação que a levassem do que está presente ao que não está. Deste modo, a imaginação também possui sua importância, sem ela não poderíamos supor o que quer que seja, mas apenas constatarmos o que está presente e nos lembrarmos o que passou. Por sua vez, a memória permite o registro do que experienciamos, e como já vimos sem a experiência, parte fundamental do processo de formação da crença, não podemos ultrapassar o que está presente aos sentidos e/ou a memória.

Referências

AYER, A.J. *Hume*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. 1. Ed. São Paulo: Editora Loyola. 2003.

ALBIERI, Sara. “Crença e Aceitação: A Teoria Humeana da Crença como Conhecimento Confiável.” In: GUIMARÃES, Lúvia (org.). *Ensaios Sobre Hume* (II Colóquio Hume), p. 79 - 88. Belo Horizonte: Editora Segrac, 2005.

CONVENTRY, Angela M. *Compreender Hume*. Trad. Hélio Magri Filho. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2011.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP. 2003.

MONTEIRO, João Paulo. *Hume e a epistemologia*. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

POPPER, Karl R. *Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.

RUSSELL, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Trad. Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2008.